

O exercício profissional do assistente social nos CRAS: aproximações para análises críticas¹

*The professional exercise of the social works in the CRAS:
approaches to critical analysis*

Dra. Carina Berta Moljo²

Daniela Leonel de Paula Mendes³

Lívia Mendes Viana⁴

Cynthia Rezende Soares Rodrigues⁵

Polyana Carvalho da Silva⁶

Flávia de Oliveira Pimenta⁷

DOI: <https://doi.org/10.34019/2179-3700.2018.v18.29855>

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada junto a assistentes sociais que trabalham nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A pesquisa teve como objetivo principal conhecer o exercício profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social no município de Juiz de Fora. Metodologicamente trabalhamos com estudo bibliográfico e pesquisa de campo. Realizamos 60 observações participantes e 51 entrevistas em profundidade com assistentes sociais e usuários da assistência social pública.

Palavras-chave: Exercício Profissional. CRAS. Cotidiano. Projeto Profissional.

Abstract

This article is the result of a survey carried out with social workers who work in the Reference Centers for Social Assistance (CRAS). The main objective of the research was to know the professional practice of the social worker in the ambit of the social assistance policy in the municipality of Juiz de Fora. Methodologically we work with bibliographical study and field

¹ Este trabalho é resultado de pesquisa realizada no ano de 2014 e recebeu menção honrosa no Seminário de Iniciação Científica da UFJF no mesmo ano.

² Professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Pesquisadora do CNPq, Dra. em Serviço Social, pós-doutora em 2005 (PUC/SP) e 2018 (UFRJ).

³ Assistente Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF, discente do programa de mestrado e participante do grupo de pesquisa no ano de 2014.

⁴ Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFJF, discente do programa de mestrado e participante do grupo de pesquisa no ano de 2014.

⁵ Assistente Social da Prefeitura de Juiz de Fora, mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, Bolsista de Iniciação Científica PIBIC UFJF em 2014.

⁶ Assistente Social, Bolsista de Iniciação científica BIC UFJF em 2014.

⁷ Assistente Social, Bolsista de Iniciação científica BIC UFJF em 2014.



research. We conducted 60 participant observations and 51 in-depth interviews with social workers and users of public social assistance

Keywords: Professional Exercise. CRAS. Daily. Professional Project.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre o exercício profissional do Assistente Social no campo da assistência social, tendo como base os resultados preliminares de uma pesquisa financiada pelo CNPQ e pela UFJF, que tem como objetivo desvendar o exercício profissional do Assistente Social em um dos espaços sócio-ocupacionais que mais tem crescido no Brasil e que mais tem absorvido essa mão de obra, o da Política de Assistência Social, especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Juiz de Fora/MG⁸.

A profissão de Serviço Social é regulamentada pela lei 8662/1993 e possui pressupostos éticos e políticos que orientam a intervenção na realidade social. A profissão legitima-se socialmente através da prestação de serviços sociais por meio das instituições e mediado por seu vínculo estrutural com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.13). Este vínculo se concretiza pela relação existente entre a profissão e as políticas sociais no âmbito do enfrentamento às expressões da questão social. Muitos são os desafios encontrados, entretanto, o campo de possibilidades também está aberto e passível de ampliação. O que se pretende é apresentar algumas formas de apreensão da realidade social tomando como eixo de análise o exercício profissional, a fim de promover reflexões que descortinem o campo de possibilidades posto ao exercício profissional crítico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que embasou este artigo foi desenvolvida do ano de 2012 a 2016, tendo como objetivo central avaliar o impacto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no exercício profissional do assistente social. A equipe de pesquisa foi formada pela coordenadora, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, da Faculdade de Serviço Social, alunas de iniciação científica e alunos do Mestrado. No período inicial, a pesquisa se deteve na análise da política de assistência social no Brasil, especialmente

⁸ A pesquisa também tinha como objeto de estudo os usuários da assistência social pública que utilizavam os serviços do CRAS, mas, por questões de espaço, este eixo não comporá a análise do artigo.

como se concretiza no Município estudado, assim como no estudo das categorias fundamentais que dão base à pesquisa. Após esta apreensão teórica foi realizada uma pesquisa empírica por meio de observações nos diferentes CRAS da cidade. Portanto, nosso instrumento de coleta de dados foi a observação, uma técnica de pesquisa de campo que pode ser considerada como documentação direta, na qual o levantamento de dados ocorre no próprio local onde os fenômenos acontecem. A observação obriga o pesquisador a um contato mais direto com a realidade (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Este instrumento nos permitiu analisar a dinâmica institucional, a rotina profissional e as demandas colocadas aos profissionais. As observações foram realizadas no período de dois meses no final do ano de 2013. Posteriormente, realizamos entrevistas em profundidade com assistentes sociais e usuários dos CRAS com o objetivo de aprofundar questões levantadas nas observações. No total foram realizadas 60 observações e 51 entrevistas em profundidade com os profissionais e os usuários. Destacamos que para a realização da pesquisa de campo foram previamente contatados os responsáveis pela Política de Assistência Social no Município, pela Secretaria de Desenvolvimento Social e pela Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), aos quais foram apresentados a pesquisa e seus objetivos, além de pensadas conjuntamente as possibilidades de cada CRAS para atender às demandas do estudo sem interferir no exercício profissional dos assistentes sociais e no cotidiano das instituições. O critério para escolha destes espaços foi delimitado em consonância com a gestora da Proteção Social Básica do município, que indicou os espaços possíveis mais ricos em experiência e receptivos à pesquisa. Utilizamos o mapa social de Juiz de Fora que indica quais são os locais de maior vulnerabilidade social e as colocações da gestora, o que nos levou à proposição de realizar as observações em três CRAS diferentes. Todas as pessoas envolvidas nas observações foram devidamente esclarecidas e consentiram em participar livremente desta pesquisa.

3 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sendo a reprodução da força de trabalho o objetivo imediato das políticas sociais no marco do capitalismo monopolista, Souza Filho *et al* (2012, p. 13-14) afirmam que elas “atuam em determinadas expressões da ‘*questão social*’ como forma de constituir uma base ampla de legitimidade e consenso social, através do atendimento concreto de demandas e necessidades da classe trabalhadora”. Como ratifica Vieira (2009, p.144) os

direitos sociais, materializados através das políticas sociais, “significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores”. Neste contexto, as políticas sociais são funcionais tanto ao capital, como forma de perpetuar seu processo de acumulação via exploração dos trabalhadores, como aos trabalhadores, para os quais, no limite das sociedades capitalistas, refletem em alguma melhora de suas condições de vida.

De acordo com Pastorini e Martinez (2014, p.60), a partir da década de 1970 assistimos, dentre outros aspectos, a uma reconfiguração dos processos de gestão e controle da produção, da força de trabalho e da administração da superpopulação relativa, que tensionam diretamente as políticas sociais frente a criação de condições de valorização e acumulação do capital, visando grandes reformas e “contrarreformas” que atacaram diretamente as políticas sociais, naturalizando e individualizando a pobreza. Assim, as ações voltadas para a política de assistência social no Brasil incorporaram a lógica antes citada, possuindo um caráter focalizado, e apresentando-se como centrais para responder às manifestações da questão social, se objetivando em programas de transferência de renda que, de acordo com Pastorini e Martinez (2014, p.65), “são considerados como instrumentos indispensáveis para se atingir as metas de redução da pobreza”. Contudo, é importante destacar que a partir da consolidação da Política Nacional de Assistência Social e a implementação do SUAS, a política de assistência social possui novos parâmetros que apontam para a possibilidade de romper “com a antiga cultura conservadora que se baseava em arraigados mecanismos viciosos de atenção à pobreza como: paternalismo, clientelismo, fisiologismo, dentre outros” (PEREIRA, 2008, p.220). O SUAS, que já se apresentava revisto na proposição da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabelece critérios de organização e consolidação da assistência social enquanto direito do cidadão. Boschetti (2000, p.145) ressalta que o reconhecimento legal da política de assistência social enquanto um direito não inverte automaticamente as práticas enraizadas na cultura brasileira “mas, os preceitos legais estabelecem direitos e deveres que constituem os pilares sob os quais está fundada a possibilidade de reversão da lógica do favor para lógica do direito”.

4 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que está historicamente situada e configura-se como uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social e técnica do

trabalho peculiar à sociedade industrial (IAMAMOTO, 2005). Entendemos que é uma profissão que tem como base de justificação da sua profissionalização a questão social, a qual se expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista e, por conseguinte, é determinada pela relação contraditória e confluyente entre capital e trabalho, que em relação com componentes históricos, políticos, culturais e etc. formam as bases para determinado tipo de sociedade (NETTO, 2001).

Compreender o cenário maior e mais complexo das relações sociais, dentro do processo de radicalização da questão social, que na atual configuração do capitalismo afeta o cotidiano de trabalho do Assistente Social que se defronta com segmentos de trabalhadores cada vez mais pauperizados, é uma tarefa fundamental. Uma vez que se alargam as necessidades não atendidas da maioria da população, o que provoca um tensionamento das instituições públicas por uma demanda crescente de serviços socioassistenciais, mas, também, provoca um embate árduo com a restrição de recursos para as políticas sociais governamentais (IAMAMOTO, 2012). Assim, a forma como estão definidas as políticas sociais também impõem limites ao exercício profissional. A nova conjuntura gera uma profunda reorganização na sociedade e empreende novas determinações à questão social.

O exercício profissional do Assistente Social se realiza no cotidiano, este sendo entendido como o “espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social” (NETTO, 1987, p. 65). O cotidiano de trabalho dos assistentes sociais é permeado por constantes tensões e disputas, colocando desafios diários para a operacionalização da prática profissional em consonância com o projeto ético-político da profissão. Compreender a dinâmica destes espaços é fundamental para proceder à crítica e suspensão do cotidiano, realizar leituras e proposições que venham ao encontro de manifestações coletivas pela conquista, efetivação e ampliação da cidadania e direitos sociais e, conseqüentemente, pela construção de políticas públicas que sejam profícuas para o ambiente democratizante.

De acordo com Eiras, Moljo e Santos (2012, p.109) o exercício profissional do Assistente Social possui elementos que o constituem e expressam “um modo de ser” da profissão construída historicamente. Neste contexto, o exercício profissional pode estar direcionado a atender as demandas tanto do capital quanto do trabalho, mas, sobretudo, tem a possibilidade de criar estratégias que atendam à classe trabalhadora, tendo como perspectiva as direções propostas pelo Projeto Ético-Político (PEP) da profissão e as

elaborações teóricas construídas no processo de conhecimento e enfrentamento dos determinantes da profissão e balizadas pela perspectiva de totalidade.

Um elemento indispensável para pensar o Serviço Social e o PEP enquanto eixo norteador das ações do assistente social é a condição deste como trabalhador assalariado. Ao vender sua força de trabalho no mercado, esse profissional vende o seu valor de uso, que pode ser expresso pelo atendimento preferencial das demandas das classes subalternas. Além disso, e em contrapartida de sua remuneração monetária, expressa na forma de dinheiro, vende também o seu valor de troca que

subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos ditames da alienação, impondo condicionamentos socialmente objetivados à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2012, p. 416).

Neste ponto encontra-se uma contradição inerente à profissão, pois apesar do projeto profissional dotar o exercício profissional do Assistente Social de uma autonomia e liberdade para direcionar suas ações, percebe-se que este profissional é ao mesmo tempo condicionado por seu estatuto assalariado, apregoando limites a essa autonomia. Suas ações são “submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares” (IAMAMOTO, 2012, p.416).

Percebemos que a polarização por interesses antagônicos e determinantes contraditórios construídos em uma sociedade que é fundada na mercadoria permite também oferecer possibilidades ao profissional que vão para além da demanda instituída, estando sensível aos interesses das classes subalternas na condução de sua ação profissional. Esses atos demandam desse trabalhador um posicionamento ético-político construído coletivamente e que sustente suas ações.

Para compreender o exercício profissional há também de se pensar, conforme salienta Santos (2011), na articulação entre as três dimensões que compõem o exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que os princípios norteadores preconizados pelo Projeto Ético-Político da profissão sejam efetivados na prática⁹.

Perspectivando a concepção de totalidade no método marxista, a competência teórico-metodológica oferece ao profissional condição de fundamentar a leitura da

⁹De acordo com Eiras, Moljo e Santos (2012), considerando que a escolha dos instrumentos técnico-operativos deve extrapolar a habilidade de realizar um determinado procedimento, torna-se indispensável a articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política para uma real compreensão da totalidade social e assim possibilitar uma intervenção profissional qualificada.

realidade, revelando a direção social que imprime em suas ações e a intenção pelas quais as embasa, o que interfere diretamente na escolha dos instrumentos utilizados. Portanto, visto a vinculação com preceitos que preconizam a ampliação da cidadania, a qualidade do serviço prestado com vistas à equidade e à justiça social e a intransigente defesa dos direitos humanos, a orientação quanto à escolha dos instrumentos utilizados deve priorizar aqueles de “caráter democrático, coletivo, menos burocrático, sempre alinhados com a realidade em que intervém” (EIRAS; MOLJO; SANTOS, 2012, p. 123).

5 EXPLICITANDO A REALIDADE PROFISSIONAL NOS CRAS

Neste item apresentaremos análises críticas e relatos obtidos pela técnica da observação¹⁰ realizada junto aos assistentes sociais nos CRAS, caracterizando alguns elementos fundamentais para o entendimento do exercício profissional neste espaço sócio-ocupacional, balizados pelas concepções anteriormente apresentadas.

5.1 O Trabalho interdisciplinar e as atribuições privativas dos assistentes sociais

Vislumbrando as especificidades da política de assistência social em Juiz de Fora¹¹, percebemos que as relações das equipes de trabalho nos CRAS analisados são tensionadas pela dificuldade de construir um *trabalho interdisciplinar*, tendo como um agravante a rotatividade dos profissionais, além das relações de poder que se constroem nestes espaços.

Outro problema diz respeito ao desconhecimento das *atribuições privativas* de cada profissão que compõe as equipes, resguardadas na figura do Técnico SUAS generalizando as atividades a serem realizadas e perdendo a potencialidade de um trabalho efetivamente interdisciplinar, que resguarde as especificidades.

Pela nossa observação do cotidiano das instituições e conforme relatado pelas

¹⁰ Salientamos que a maioria dos dados aqui apresentados é oriunda das observações realizadas em campo.

¹¹ Anteriormente a política de assistência social em Juiz de Fora era gestada exclusivamente por uma associação (AMAC), e a mudança dessa gestão para a Secretaria de Desenvolvimento Social ocorre de forma lenta e gradual, o que, junto com fato de que até a presente data ainda não foi organizado nenhum concurso público para prover cargos efetivos para os postos de trabalho na área da assistência, acarreta uma extrema instabilidade nos campos de trabalho. Para os CRAS no município de Juiz de Fora a contratação de profissionais ocorre por meio de contratos temporários de até dois anos, o que dificulta um trabalho em equipe integral e a longo prazo. Consideramos que estes são elementos necessários para o entendimento das relações de trabalho nas quais as assistentes sociais observadas se inserem, ao mesmo tempo em que são exemplos da realidade das políticas sociais precarizadas do capitalismo contemporâneo.

profissionais, há um acúmulo de trabalho para os assistentes sociais. Identificamos que o trabalho é pouco articulado ou integrado entre as diferentes profissões e entre os profissionais de Serviço Social. A *interdisciplinaridade* assim se aparenta frágil, apesar de necessária conforme previsto na estruturação do SUAS. É fato que existe uma tensão profissional que deve ser melhor apropriada considerando as *atribuições privativas* de cada um destes profissionais. Neste sentido, mostra-se necessário garantir a interdisciplinaridade e compreender a relação da equipe de trabalho e a função da coordenação dos CRAS na potencialização destas ações como um elemento que interfere no exercício profissional do Assistente Social.

5.2 Respostas Profissionais

Já com relação às *respostas profissionais* que as assistentes sociais apresentam para as demandas com as quais se defrontam percebemos uma busca pela efetivação de repostas às demandas realizadas, considerando os serviços e equipamentos disponíveis dentro da política de assistência social, conciliando os objetivos profissionais com os do CRAS. Nas observações com as Assistentes Sociais percebemos que estas apresentam uma concepção vinculada aos interesses dos usuários entendendo que as respostas profissionais devem atender a estes, realizando a intermediação junto a outras instituições como o INSS e a Secretaria de Desenvolvimento Social e explicando o procedimento que deve ser realizado pelo usuário de maneira que o mesmo compreenda bem o que lhe é dito, não restringindo suas ações ao âmbito do CRAS. Conseguem também fazer uma interpretação dos benefícios e oportunidades cabíveis aos usuários atendidos fornecendo esclarecimentos relevantes para acessá-los.

5.3 Autonomia Profissional

Os serviços oferecidos pelos CRAS estão bem delimitados nas legislações pertinentes à Política de Assistência Social, contudo, o Assistente Social dispõe de *autonomia relativa* na condução de seu trabalho, sendo possível definir os instrumentos a serem utilizados, as famílias a serem acompanhadas, os benefícios concedidos, bem como o tempo de permanência. Frente a este cenário, compreendemos que “as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 75).

No tocante à *autonomia profissional* do Assistente Social identificamos que no geral a autonomia relativa é possível na condução do trabalho e garantida nestes espaços. Pelas observações percebemos que as Assistentes Sociais possuem autonomia para conduzir o atendimento, para decidir quais instrumentos utilizar, a maneira de encaminhar e a linguagem usada. A liberdade construída no trato com o usuário permite às profissionais uma abordagem mais crítica no atendimento, embora existam limites colocados pela instituição e pela política. Observamos tensões em alguns CRAS oriundas da pressão exercida por algumas coordenações que acabam limitando a autonomia profissional. Isso nos leva a refletir sobre as relações de poder no interior dos diferentes espaços sócio-ocupacionais e como se pode limitar ou possibilitar atitudes mais democráticas ou o desenvolvimento de um trabalho mais qualitativo. Da mesma maneira a necessidade de cumprimento das atividades previstas no escopo dos objetivos da instituição e da política, assim como trabalhar com a demanda espontânea são elementos que ajudam a definir o nível de autonomia das profissionais.

Além disso, percebe-se que a autonomia das profissionais é cerceada pelas condições técnicas de trabalho que se apresentam, pois, por não haver computador disponível para as pesquisas, as intervenções ficam parametrizadas pelas informações que conseguem captar no momento do atendimento.

5.4 Sigilo Profissional

Intrinsecamente relacionado à autonomia profissional entendemos também a questão do *sigilo profissional* do Assistente Social como um elemento importante que compõe o exercício profissional e, de acordo com o Código de Ética (1993), o sigilo deve ser considerado como um direito e um dever do Assistente Social.

Nos CRAS observados as fichas ou prontuários individuais dos usuários ficam em arquivo de uso coletivo da equipe técnica e este arquivo localiza-se no corredor das instituições, o que significa, portanto, que qualquer pessoa tem acesso, inclusive pessoas que não trabalham no local. Algumas profissionais afirmam que não veem a necessidade de ter documentos próprios porque o Assistente Social precisa de informações da área da psicologia e vice-versa. Essa observação é muito preocupante, pois sabemos do risco da publicização dessas informações que deveriam ser sigilosas e que podem gerar conflitos e danos morais e materiais para os usuários. Os atendimentos individuais são feitos, em sua maioria, com a porta da sala aberta e, mesmo nas situações em que as assistentes

sociais se dispõem a defender um maior sigilo para o atendimento, o mesmo não é efetivado visto que as salas não são totalmente vedadas para a saída de som, já que são divididas por biombos que não chegam ao teto. Em algumas situações a porta da sala estava empenada ou o recinto era dividido com outro profissional. A situação relatada, além de comprometer o sigilo profissional, pode também constranger os usuários em suas falas e com isso acarretar em uma perda das potencialidades do atendimento, como o estabelecimento do vínculo e confiança.

Identificamos, de maneira geral, que as condições de trabalho das Assistentes Sociais não estão de acordo com o previsto na Resolução 493/2006 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pois as salas não garantem o sigilo profissional (uma vez que são feitas de material que não vedam o som e as divisórias não vão até o teto), não há arquivo privativo do Serviço Social e que em alguns casos nem a própria profissional utiliza táticas que possam contribuir com o sigilo, como, por exemplo, atender de porta fechada.

5.5 Dimensão técnica operativa

No tocante à utilização dos diferentes instrumentos e técnicas pertinentes ao exercício profissional, percebemos, nas observações, uma prevalência da utilização de atendimento individual e grupal, reuniões, relatórios, pareceres, documentação e o uso da linguagem como principal instrumento que possibilita uma aproximação do Assistente Social com a realidade dos usuários.

Dois aspectos se tornam relevantes a partir das observações. Percebe-se que a utilização da entrevista não estruturada para a condução dos atendimentos sem maiores registros sobre os mesmos ocorre na grande maioria dos atendimentos de demanda espontânea. Entendemos que estes registros são importantes para que o profissional possa manter informações sobre o acompanhamento familiar e não tenha que a todo atendimento voltar a questões já discutidas. Sendo assim, a documentação é uma maneira de ver o progresso e resolutividade ou não das demandas e um importante instrumento de coleta de dados para futuras intervenções.

Outro ponto de destaque é a importância que deve ser dada à linguagem profissional no trato com o usuário. A utilização de uma linguagem oral acessível e de fácil compreensão para os usuários permite a construção de um diálogo efetivo entre os dois e fortalece a sensação de liberdade no usuário para que este possa apresentar suas

demandas e dúvidas. A necessidade da escuta ativa do Assistente Social configura-se assim como elemento indispensável para a construção de estratégias profissionais baseadas na realidade social e a utilização do instrumental técnico-operativo mais adequado para potencializar essas ações.

A partir do exposto fica claro que a escolha das estratégias e respostas profissionais, das referências teórico-metodológicas e ético-políticas que balizam suas ações e concepções e dos instrumentos utilizados não ocorre de forma neutra e nesta escolha o Assistente Social imprime em suas ações a direção que orienta seu fazer profissional.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO

Mostra-se evidente a necessidade de um estudo aprofundado acerca das determinações do exercício profissional do Assistente Social que, desde sua emergência, se insere no interior dos serviços socioassistenciais existentes na sociedade capitalista, desenvolvendo não apenas ações que atendam às demandas e necessidades sociais de seus usuários, como também realizando uma ação socioeducativa junto às classes subalternas. Segundo Yazbek (2009, p.135) essa ação socioeducativa pode interferir nos valores, modos de vida e modos de pensar dessa população. Essa ação é realizada na vida cotidiana daquele sujeito e sendo este um espaço insuprimível de reprodução do ser social é um espaço marcado pela alienação, pelas atividades repetitivas, como também um espaço onde é possível “suspender-se” e realizar uma análise crítica do real, para, posteriormente, voltar ao cotidiano de forma modificada.

O exercício profissional do Assistente Social nos CRAS é composto por uma dialética alienação/suspensão, em que ora ocorre uma expansão e ora uma retração do campo de possibilidades ao agir crítico. Neste sentido, torna-se fundamental a busca constante pela suspensão temporária da alienação imposta pela cotidianidade, uma vez que a suspensão total não é possível na ordem do capital.

Entendemos a necessidade de compreensão crítica do significado social da profissão, da autonomia garantida pelas legislações e do desvelamento da realidade social, para que seja possível o desenvolvimento de estratégias capazes de enfrentar os limites, apreender as possibilidades e efetivar os compromissos da profissão frente ao contexto societal predominante que impõe limites estruturais e conjunturais ao projeto profissional.

As respostas profissionais frente às expressões da questão social são construídas de forma diversificada, de acordo com a realidade onde incide a intervenção. Percebe-se uma predominância das ações profissionais vinculadas aos objetivos da política da assistência e menos vinculadas ao projeto profissional do Serviço Social. Existem limitações para a construção de estratégias profissionais que visem uma atuação para além do que é objetivado pelo que já está posto, ou seja, as ações tendem para a manutenção da ordem e enfrentar isso na condição de trabalhador assalariado é um grande desafio.

Ao nos propormos analisar o exercício profissional do Assistente Social à luz do materialismo histórico dialético temos que partir do suposto de que a realidade é complexa e dinâmica e inserida numa totalidade que conforma a sociabilidade burguesa. Partir deste pressuposto é essencial para que seja possível a construção de ações críticas que se orientem pela transformação social da realidade, dentro do que é possível no âmbito da sociedade capitalista. E essa tarefa carrega algo de grandioso: o questionamento, o não conformismo, o veio condutor da revolução social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. As políticas brasileira de seguridade social: Assistência Social. *In*: **Capacitação em serviço social e política social, módulo 3**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº493/2006**. Brasília: CFESS, 2006.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Regulamentação da profissão de Assistente Social**. Lei nº. 8662. Brasília, 1993.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

EIRAS, A.A. T.S.; MOLJO, C.B.; SANTOS, C.M. O exercício profissional na implementação do SUAS: projeto ético político, cultura profissional e intervenção profissional. *In*: MOLJO; DURIGUETTO (Org.). **Sistema Único de Assistência Social, organizações da sociedade civil e serviço social**: uma análise da realidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, p.41-49, 2001.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. *In*: NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

PASTORINI, A.; MARTINEZ, I. Tendências das mudanças da proteção social no Brasil e no Uruguai: a centralidade das redes mínimas na América Latina. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2014.

PEREIRA, P. A. Sobre a política de Assistência Social no Brasil. *In*: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (org.) **Políticas Sociais e Democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

SANTOS, C.M. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.

SOUZA FILHO, R *et al.* Política de Assistência Social no contexto neoliberal: desafios da implementação do SUAS, *In*: MOLJO, C.; DURIGUETTO, M. (org.). **Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço social**: uma análise da realidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, M.C. O significado sócio-histórico da profissão. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPS, 2009.